

RESENHA

Aricildes de Moraes MOTTA. *1964 – 31 de março: o movimento revolucionário e sua história*. Rio de Janeiro: Biblioteca do Exército Editora, 2003. 10 volumes.

Amanda Pinheiro Mancuso¹

“São quase mortos-vivos a sofrer o ‘revanchismo’ dos que, derrotados pelas armas, são vitoriosos pela versão que destrói os fatos, nutrida no governo de esquerda moderada”. Essa frase de Jarbas Passarinho, extraída do texto “*A Desculpa dos Vencedores*”, incluído em cada um dos dez volumes da série aqui resenhada, define com clareza um dos principais objetivos desta história oral do Exército Brasileiro sobre 31 de março de 1964: contar a sua versão sobre o período em que as chefias militares estiveram no comando do país. A passagem acima expressa de forma concisa a crença de que, embora tenham sido vencedoras no combate ao inimigo que disseminava a corrupção e a desordem, as Forças Armadas perderam a batalha pela construção da memória desse período, sofrendo hoje do revanchismo por parte daqueles que foram derrotados e não aceitam a verdade dos fatos.

Lançada em 2003 pela Biblioteca do Exército, essa é mais uma série de entrevistas de oficiais militares brasileiros sob o projeto *História Oral do Exército*, que desta vez se debruça sobre 31 de março de 1964. Seguindo o mesmo padrão da série anterior, que foi publicada em oito volumes reunindo depoimentos de oficiais sobre a participação do Brasil na Segunda Guerra Mundial, com o envio da Força Expedicionária Brasileira, o projeto atual é composto por 10 volumes com cerca de 230 entrevistas de pessoas que, de alguma maneira, estiveram envolvidas tanto na preparação do movimento como na manutenção do regime que perdurou por 21 anos.

Seguindo o exemplo de outras coletâneas de entrevistas já existentes, como a trilogia *Anos de Chumbo*, publicada pela Editora da Fundação Getúlio Vargas, a obra busca mostrar a visão dos militares sobre os fatos ocorridos durante o regime. No entanto, por ser uma publicação de cunho oficial, ela não esconde sua preocupação com a preservação da imagem da instituição, abalada pelos anos de regime de exceção. Como constantemente afirmado pelos militares, a versão que entrou para a História foi a versão dos vencidos, e eles, militares, ressentem-se do revanchismo levado a cabo por esses mesmos vencidos

que, na visão militar, tanto se esforçam por repudiar e diminuir a atuação das Forças Armadas num período que afirmam revolucionário. Esse projeto, portanto, seria a oportunidade de “trazer à tona a verdade sobre a revolução” (p.121, tomo 2), uma vez que consideram que “desconhecer a obra revolucionária é repudiar a verdade” (p.322, tomo 2).

Embora diferentes visões e versões sobre esse período possam ser encontradas no conjunto das entrevistas, a versão oficial pode ser identificada na grande maioria das falas, pois o conjunto deixa transparecer uma certa homogeneidade da visão institucional sobre esses 21 anos em que as Forças Armadas – com destaque para o Exército – estiveram no comando do Estado. Assim, mesmo que haja diferentes perspectivas sobre um mesmo fato, a idéia que dele se depreende, de maneira geral, é a mesma. Podemos destacar vários exemplos dessas que, se num primeiro momento parecem discordâncias significativas de visões, quando discutidas mantêm uma mesma essência, deixando ver que se tratam apenas de nomes diferentes para uma mesma perspectiva. De modo geral, não há nada de novo ou surpreendente nas entrevistas, mas sim alguns confrontos de percepções e entendimentos sobre fatos e processos ocorridos durante o período.

A principal idéia latente no conjunto da obra é de que tudo o que aconteceu no período foi, na verdade, uma reação dos militares à desordem que estava se instalando no Brasil. Havia um clima de inquietação generalizado e desenhava-se um quadro de ingovernabilidade no país, dominado pelo avanço do comunismo, temeroso com as reformas de João Goulart, com a economia desorganizada e a inflação em alta, e com partidos políticos sem nenhuma consistência política. Com relação especificamente às Forças Armadas, estas estavam perplexas pelas seguidas manifestações de indisciplina e pelo abalo na hierarquia provocado pelo próprio presidente João Goulart, questões essas que mexiam diretamente no cerne da instituição militar. Assim, o panorama político do pré-golpe é descrito como:

Caos absoluto, caos absoluto. O país continuava temeroso com as reformas propostas por João Goulart; as Forças Armadas perplexas pelas seguidas manifestações de indisciplina: sargentos da Marinha e da Aeronáutica se revoltaram em Brasília; os marinheiros não atenderam à proibição do Ministro da Marinha para não realizarem uma convenção. A hierarquia foi abalada pelo próprio Presidente da República. A economia estava desorganizada; a inflação altíssima – mais tarde, Castello Branco faria cair a inflação de cento ‘e tantos’ por cento ao ano para vinte e ‘poucos’ por cento ao ano.

Havia um clima de desagrado geral, ou seja, os dois lados, independentemente de ideologia, exigiam uma solução, porque, como estava, não poderia continuar” (General-de-divisão Geraldo de Araújo Ferreira Braga, p.103, tomo 2).

Nesse contexto de instabilidade e insatisfação, as Forças Armadas orgulham-se de terem atuado como intérpretes da vontade nacional em 31 de março de 1964, quando assumiram o poder:

“Sim, as Forças Armadas, em particular o Exército, o são [intérpretes da vontade nacional]. Como já afirmei, a Revolução foi um movimento espontâneo, mas as nossas Forças Armadas não agem divorciadas do sentimento do povo brasileiro. Elas executam aquilo que, muitas vezes, o povo não pode fazer, porque não tem recursos materiais para isso. Ao longo de nossa História, temos visto as manifestações das Forças Armadas sempre em atendimento a esses anseios do povo brasileiro” (General-de-Brigada Ferdinando de Carvalho, p.152, tomo 2).

Embora grande parte dos entrevistados busque nos movimentos revolucionários das décadas de 1920 e 1930 – conhecidos como movimentos tenentistas – as raízes do movimento de 1964, é unanimidade entre eles que os acontecimentos detonadores da revolução foram o comício da Central do Brasil em 13 de março de 1964, a indisciplina dos marinheiros no episódio no sindicato dos metalúrgicos e o discurso do Presidente João Goulart no Automóvel Clube em 30 de março de 1964. Esses três episódios teriam criado uma força aglutinadora capaz de compelir as Forças Armadas à reação, por possibilitar o aumento da coesão e da união da instituição, indispensáveis para uma ação de tal porte.

Contudo, não há uma definição única quanto à denominação adequada do movimento, se revolução, contra-revolução ou golpe. A maioria considera que o termo revolução é correto porque os militares realmente fizeram uma revolução nos costumes políticos do país, com um movimento de âmbito nacional que modificou totalmente os métodos de governo, da legislação, da maneira de dirigir e administrar o país, representando, portanto, uma ruptura violenta da ordem institucional, seguida de substancial modificação nas estruturas e nos processos de governo:

“Acho que o termo revolução é muito correto porque significa um processo de transformação da sociedade, significa uma transformação econômica, política e social profunda, além de eminentemente moral. (...) A nossa revolução foi uma Revolução porque mudou radicalmente o Brasil, levou-o, por exemplo, à

posição de oitava economia do mundo, quando éramos a 48^ª” (Coronel Waldir Abbês, p.297, tomo 3).

Outros, mais cautelosos, preferem denominá-lo de contra-revolução, pois restabeleceu a ordem constitucional e impediu a concretização de um golpe que poderia ter se transformado em revolução. Apenas algumas vozes dissonantes consideram que chamar o 31 de março de revolução é maximizar o golpe de estado que houve. Contudo, os entrevistados são uníssonos em afirmar que os militares brasileiros demonstraram que tinham índole eminentemente democrática e buscavam restaurar a disciplina e a hierarquia nas Forças Armadas e colocar ordem no país:

“A ideologia da Revolução estava consubstanciada na retomada do respeito à ordem, que desaparecera no Governo deposto, o governo da desordem. Penso que, no aspecto ideológico, as Forças Armadas têm a sua missão precípua, prevista na Constituição. Se as pessoas entendessem melhor os militares, veriam que cumprimos missão. E uma das nossas missões é garantir a manutenção da lei e da ordem. A respeito das ideologias e dos sistemas políticos nós, como cidadãos, temos o nosso pensamento, mas, como militares, estamos voltados para o exato cumprimento das tarefas previstas na Constituição. O papel do militar é servir! Servir ao Estado, servir à Pátria e não a governos. Naquela quadra da vida nacional, servir à pátria era fundamentalmente impedir a sua comunização – grande objetivo das Forças Armadas, ao partirem para a Revolução” (Coronel Affonso de Alencastro Graça, p.215, tomo 3).

Entendendo que o período não foi de regime militar, mas sim de governos presididos por militares, concordam que o período trouxe inúmeros benefícios para o Brasil, que chegou a despontar como oitava economia do mundo. Porém, todos os benefícios alcançados não se refletiram em proveitos para as Forças Armadas (principalmente o Exército), que não auferiram nenhuma vantagem em vinte anos de regime, pelo contrário, sofreram de inúmeras carências tanto no plano pessoal como institucional, tendo trabalhado muito e ganhado pouco. Consideram terem sido prejudicadas pelos próprios governos revolucionários, que deram prioridade a outros setores da vida nacional, deixando-as em segundo plano sob o adágio de “máximo de desenvolvimento com o mínimo de segurança”. Hoje, ressentem-se do revanchismo de parte da mídia, dos políticos e autoridades em geral, que,

segundo eles, acaba escondendo os elementos positivos da revolução e dificultando a manutenção da verdade histórica:

“Existe [o revanchismo], claro, claro que existe. Vários oficiais nossos vêm sendo hoje perseguidos pelos revanchistas. O general Fayad, o coronel Ustra, o coronel Avólio e tantos outros. Enquanto isso, os terroristas de ontem, são designados ministros. Claro que o ‘revanchismo’ não poderia ser maior. O ‘revanchismo’ dos perdedores atingiu o grau máximo” (Coronel José Maria Covas Pereira, p.171, tomo 3).

“A mídia e determinados próceres governamentais, inequivocamente, o demonstram [o revanchismo], pois ignoram deliberadamente ou mistificam qualquer assunto de natureza militar” (General-de-Divisão César Montagna de Souza, p.50, tomo3).

O caráter oficial da coleção aparece com clareza na ausência de discussão de questões polêmicas e em momentos de interferência nas entrevistas, como podemos observar na entrevista do Coronel José Maria Covas Pereira (p.169, tomo 3 –as passagens em itálico correspondem ao entrevistador):

“O senhor acha que nós perdemos a ‘batalha da Comunicação Social’?

Perdemos.

Perdemos ou não quisemos participar dela?

Perdemos. Houve umas tentativas, pois lembro-me de que o Costa e Silva e esse rapaz, de quem gosto muito, o Hernani D’Aguiar, criaram a tal AERP – assessoria especial de Relações Públicas, que trabalhou bem inicialmente. Mas, depois, ele saiu e o Octávio Costa foi para lá. Uma bela pessoa também, mas, depois dele, o negócio se perdeu e eles não conseguiram dar o desenvolvimento necessário a essa atividade. Essa batalha nós perdemos.”

Ou em passagem da entrevista do General-de-Brigada Cid de Godofredo Fonseca (p.95, tomo 3):

“O 31 de março estava baseado em alguma ideologia?

Não, acredito que não, se houvesse ideologia seria a anticomunista.

Anticomunista, exatamente, defesa da democracia e da liberdade.

É exatamente esse meu ponto de vista.”

Quanto aos chamados “excessos” do regime militar, uma passagem marcante está na entrevista do tenente-coronel Moacir Véreas que, em 1964, era major, chefe da 2ª Seção de Comando da 1ª Região Militar, no Rio de Janeiro. Quando questionado sobre os erros

cometidos pela revolução, responde considerar a tortura como um deles, passando a ser interrompido pelo entrevistador, embora sua crítica não tenha sido das mais contundentes.

“Um erro que se cometeu foi a tortura, penso. É o que exploram, hoje. Não sei se seria possível evitar, especialmente no calor do combate.

A tortura jamais foi institucional. Quem praticou, usou a própria e espontânea vontade, porque, pelo que se sabe, não houve a menor participação dos chefes.

Realmente, não houve, mas cometeram esses erros.

Foram excessos na repressão ao movimento armado do inimigo, uma resposta à sua ação. O inimigo também fez uso da tortura, especialmente nas ações de seqüestro e terrorismo em geral.

E o que é pior: executaram esse tipo de tortura contra inocentes. Cíveis, empresários, embaixadores e suas famílias foram submetidas à pior das torturas, aquela que é realizada de forma indireta. Fracos e acovardados diante da repressão, agrediram os inocentes. Ninguém utilizou de forma tão brutal o dito: ‘Os fins justificam os meios’. Nós respondemos à ação do inimigo. Eles começaram, deram a partida: seqüestros, assaltos a bancos, bombas em jornais, em quartéis, guerrilha rural, guerrilha urbana.

Devo acrescentar, também, que grande parte da tortura foi cometida pela Polícia. Vou dar um exemplo: em 1947, quando cheguei ao grupo Bandeirante, fui logo encarregado de um inquérito policial-militar. Tratava-se de um roubo de binóculo e o provável ladrão já tinha dado baixa, retornado ao mundo civil. Por isso, tivemos que pedir auxílio à Polícia. Naquela época, já conhecia o procedimento policial. O cidadão, ex-soldado, apanhou e pronto confessou que era o ladrão, o que, realmente, era. Entretanto, quando, ainda, se encontrava no quartel, embora suspeito, alertei que não iam bater nele. Essa é a nossa verdadeira formação, somos preparados para a guerra, onde não se admite tortura, uma deformação, foi feita e induzida, principalmente por alguns elementos policiais, habituados que estavam a tais procedimentos, no cotidiano.”

Com esse exemplo, encerramos esta resenha.

NOTA

¹ Doutoranda do Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais da Universidade Federal de São Carlos.